

## Sumário

Introdução.....	1
1. Justiça de Transição: a evolução de um conceito e a reconstrução do passado .....	7
1.1 Eixos históricos da justiça de transição: a genealogia da justiça transicional.....	10
2. Dimensões da Justiça de Transição: memória e verdade, reparação, justiça e reforma institucional.....	19
2.1 A preservação da memória e a construção da verdade: o direito de investigar, esclarecer e resgatar o passado .....	19
2.2 A dimensão da reparação: o alcance das medidas do Estado brasileiro .....	23
2.3 A efetivação da justiça: a responsabilidade pela prática de graves violações de direitos humanos.....	27
2.4 Reforma das instituições: a (des)continuidade da estrutura militar ...	31
3. A Rede Conspiratória e a Construção dos seus Ideais: o período anterior ao golpe civil-militar (1959-1964) .....	37
3.1 A aliança para o progresso: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad .....	41
3.2 A persuasão ideológica: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – Ipes .....	47
4. A Deflagração da Ditadura Civil-Militar Brasileira: a colaboração de empresas nas graves violações de direitos humanos (1964-1985) .....	57
4.1 A resistência ao regime militar e o desencadeamento da perseguição aos opositores políticos: a Operação Bandeirantes – Oban.....	59
4.2 O combate à guerra interna: o Destacamento de Operações Internas e o Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-Codi .....	67

4.3 Das informações necessárias: o compartilhamento das comunicações entre a segurança patrimonial e as forças militares: o Centro Comunitário de Segurança – Cecose.....	74
5. A Volkswagen do Brasil e a Ditadura Militar Brasileira: o jogo de interesses.....	85
5.1 O acordo extrajudicial entre a Volkswagen e o Governo Brasileiro.....	93
6. Os Crimes Contra a Humanidade no Brasil: uma análise sobre a (in)aplicabilidade da prescrição às violações de direitos humanos perpetradas durante o Regime Militar Brasileiro .....	99
6.1 A compreensão dos crimes contra a humanidade.....	100
6.2 A (im)prescritibilidade dos crimes de lesa humanidade .....	106
6.3 As implicações da Lei da Anistia .....	111
7. A Responsabilidade de Atores Não Estatais: a cumplicidade das empresas com o regime militar .....	127
7.1 Instrumentos normativos no ordenamento jurídico internacional: a possível discussão da responsabilização de empresas .....	127
7.2 A cumplicidade e a grave violação de direitos humanos: estudos de casos colaborativos.....	135
7.2.1 O lucro das empresas: as interfaces da violência do Estado e a convivência dos agentes corporativos.....	138
7.2.2 O auxílio e o fornecimento dos meios necessários: o interesse das empresas na perpetuação dos regimes militares .....	142
7.2.3 A contribuição direta: a ligação “íntima” entre atores estatais e privados .....	148
Conclusão .....	155
Referências .....	159